

Estudos Sobre Arte Rupestre

In memoriam
Andrea Martins



Associação dos Arqueólogos Portugueses

Edição

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Largo do Carmo, 1200-092 Lisboa

Tel. 213 460 473

secretaria@arqueologos.pt

www.arqueologos.pt

Coordenação Editorial

José Morais Arnaud, César Neves e Mariana Diniz

Design gráfico

Paulo Freitas

Desenhos da capa e contracapa

Motivos da Lapa dos Gaivões, Painel 6. © Andrea Martins

Impressão

Greca, Artes Gráficas

Tiragem

400 exemplares

ISBN

978-989-35672-3-4

Depósito legal

544271/25

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

Os textos desta publicação são da inteira responsabilidade dos autores.

4

Prefácio

José Morais Arnaud

8

In memoriam Andrea Martins

Mariana Diniz

14

O universo feminino na arte rupestre portuguesa e os rios da sua memória

Sofia Figueiredo-Persson

48

Arte Rupestre Portuguesa no Feminino

Joana Valdez-Tullett

94

Rocha 9 do Fariseu: contributo para a datação e contextualização da arte do Côa

Thierry Aubry, André Tomás Santos, Miguel Almeida, Sílvia Aires, António Fernando Barbosa, Luís Luís, Marcelo Silvestre

146

Contributos para o conhecimento da produção gráfica magdalenense do Vale do Côa: o dispositivo parietal paleolítico da rocha 80 do Vale de José Esteves

André Tomás Santos, Tania Mosquera Castro, João Fernandes, Luís Luís, Marcelo Silvestre, Thierry Aubry, Miguel Almeida

178

O projecto LandCRAFT e a Arte Esquemática do Vale do Côa

Lara Bacelar Alves, Mário Reis, João Muralha Cardoso, Vera Caetano, Beatriz Comendador Rey, Bárbara Carvalho, Susana Lopes, Teresa Silva, Fernando Carrera Ramírez, Teresa Rivas Brea, Andrew Meirion Jones, Hannah Sackett, António Batarda Fernandes, José Santiago Pozo Antonio, Pablo Barreiro, Sérgio Gomes

220

As gravuras das rochas 1 e 2 de Namoradas (Urgal, Vila Nova de Foz Côa).

Contributo para o conhecimento da arte esquemática gravada do Complexo Rupestre Côa-Douro

Mário Varela Gomes

264

Revisitando o Monte Faro (Valença do Minho): um extraordinário complexo de Arte Atlântica do Noroeste peninsular

Lara Bacelar Alves, Mário Reis, Joanna Valdez-Tullett

286

Onde se perpetuam os mitos... A evolução da arte rupestre pré-histórica de Serranópolis na sua paisagem, Goiás, Brasil

Antonio Batarda Fernandes, Rosiclér Theodoro da Silva, Julio Cezar Rubin de Rubin, Fernanda Elisa Costa P. Resende, Claudete Radel, Maira Barberi

306

Os Arquivos da Arte Rupestre do Tejo

Francisco Sande Lemos

330

Andrea Martins. Biobibliografia

César Neves

Prefácio

José Morais Arnaud

Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Estudos
Sobre
Arte
Rupestre

In
memoriam
Andrea
Martins



No dia 22 de Junho de 2024 deixou-nos Andrea Martins, que fez parte da Associação dos Arqueólogos Portugueses desde o dia 14 de Dezembro de 2004 e integrou os seus corpos gerentes durante os últimos 6 anos, tendo dado uma contribuição do maior relevo para a dinamização desta instituição de utilidade pública, sem fins lucrativos, quer no âmbito das actividades da Secção de Pré-História, contribuindo para o seu funcionamento regular, quer ainda organizando diversos colóquios temáticos, estabelecendo a ponte entre os arqueólogos mais experientes e as novas gerações. A sua contribuição tornou-se especialmente relevante nos últimos dez anos, tendo desempenhado um papel fundamental na organização da Festa da Arqueologia e sobretudo dos Congressos de Arqueologia da AAP de 2013, 2017, 2020 e 2023, nos quais foram apresentadas e publicadas centenas de comunicações, mobilizando toda a comunidade arqueológica. Como membro da Direcção da AAP assumiu com grande eficiência a coordenação das publicações da AAP, em estreita colaboração com César Neves.

Além desta intensa actividade associativa, a Andrea destacou-se sobretudo pelas suas qualidades humanas e pelo trabalho que desenvolveu como investigadora no domínio da Arte Pré-Histórica, revelando um conjunto muito vasto de representações artísticas, que estudou de uma forma inovadora, quer do ponto de vista metodológico, quer sobretudo da abordagem teórica.

A Direcção da AAP decidiu, assim, que a melhor forma de homenagear uma arqueóloga cuja promissora carreira como investigadora foi precocemente cerceada, seria através da organização de um Colóquio sobre Arte Rupestre, em que se apresentassem os resultados das mais recentes investigações nesse domínio. Foram assim convidados a apresentar comunicações autores já com um vasto currículo, bem como investigadores das gerações mais recentes, envolvidos em projectos de longo prazo, alguns dos quais ainda em fase de arranque, que também a incluíam como investigadora. Felizmente, a resposta foi bastante positiva, pelo que pudemos incluir no volume que agora se apresenta as contribuições de cerca de três dezenas de autores, que representam o estado da arte neste domínio, constituindo um excelente ponto de partida e uma obra de referência incontornável para futuras investigações.

Os Arquivos da Arte Rupestre do Tejo

Francisco Sande Lemos

Arqueólogo / sandelemos@gmail.com

Estudos
Sobre
Arte
Rupestre

In
memoriam
Andrea
Martins



Resumo: Portugal é um território onde se conservam inúmeros conjuntos de gravuras e pinturas rupestres, que têm sido registados e estudados desde os primórdios do século XVIII. Não admira que a bibliografia acerca do tema seja extensa. O seu estudo suscitou o interesse de pioneiros da Arqueologia portuguesa e da Fotografia, como por exemplo Francisco Martins Sarmiento. Se as publicações são inúmeras, não menos relevante é a quantidade de desenhos, fotografias, moldes, decalques e apontamentos, que se encontram espalhados por diversas instituições ou particulares. Designadamente são do maior interesse todos os documentos relacionados com os projectos de salvamento e/ou estudo da arte rupestre, sejam os relatórios, correspondência oficial ou privada, diários de campo, que revelam as dinâmicas dos trabalhos arqueológicos. Este tema, o dos arquivos da Arte Rupestre, era um assunto que muito interessava a Doutora Andrea Martins. Coincidimos na pesquisa dos arquivos do Salvamento da Arte Rupestre do Tejo.

Na comunicação que apresentamos neste Colóquio *in Memoriam* de Andrea Martins, descrevem-se, de modo resumido as características dos diversos arquivos da Arte Rupestre do Tejo, e o modo como se entrelaçam todos os documentos, desde os relatórios às notas pessoais. E, apresenta-se, de modo sintético, uma possível estratégia nacional para a criação de uma base de dados dos arquivos da Arte Rupestre de Portugal, obviamente um sistema em rede.

Palavras-chave: Arte Rupestre, Arte do Tejo; Arquivos.

Abstract: Portugal is a territory where numerous sites of rock engravings are preserved, which have been studied and recorded since the beginning of the eighteenth century. It is not surprising that the bibliography on the subject is extensive, as its study aroused the interest of pioneers of Portuguese Archaeology such as Francisco Martins Sarmiento. If the publications are numerous, no less relevant is the number of notes, drawings, photographs, etc, which are scattered among various institutions or individuals. In particular, all documents related to rescue projects or study of rock art are of the greatest interest. Reports, official or private correspondence, personal notes, all documents can reveal the dynamics of the archaeological work. This subject, that of the Rock Art archives, was a theme that greatly interested Andrea Martins. We coincided in researching the archives of the Tagus Rock Art Rescue Project. We had the opportunity to exchange ideas about the need to digitize all the documents, in one way or another, related to that intervention. In this article, the characteristics of the various archives of the Tagus Rock Art are briefly described. And the way in which all the documents are intertwined, from reports to personal notes. It presents, at the end and in a synthetic way, a possible national strategy for the creation of a database of the archives of Rock Art in Portugal, obviously a network system.

Keywords: Rock Art, Tagus Rock Art; Archives.

In memoriam de Andrea Martins

“No entanto, apesar do cariz científico deste seminário, e sendo esta uma nota pessoal, mais do que revelar descobertas ou novos projectos, estes dias foram de reencontros, com uma nostalgia feliz, ansiosa por (re)contar “velhas” histórias, momentos – a maioria bons, mas também os mais incómodos – trazendo novamente os jovens da Geração Tejo àqueles anos que marcaram as suas vidas. Na foto que ilustra este texto estão alguns destes jovens, e apesar de não ter pedido autorização aos protagonistas para a sua disponibilização online, acredito que esta imagem traz consigo sorrisos associados a 1001 histórias e, que a minha ousadia será rapidamente perdoada. A historiografia da arqueologia portuguesa faz-se através de textos, imagens, artefactos, mas escutar a fonte primária, os agentes directos, possibilita uma recolha de memórias que urge preservar. E este foi o maior contributo deste seminário.”

Último parágrafo da notícia publicada por Andrea Martins no boletim *Uniarq Digital* em Junho de 2024, na sequência do “Seminário CIART – Vale do Tejo e a Arte Rupestre, 50 anos depois,” celebrado entre 24 e 26 de Maio, em Vila Velha de Ródão.

1. Introdução

Um dos mais fascinantes marcadores patrimoniais do território ibérico são os sítios de Arte Rupestre. Fascinantes porque são narrativas gravadas ou pintadas, com um poderoso simbolismo normalmente complexo e abstracto.

Em Portugal estes locais foram assinalados e estudados, pelo menos desde o século XVIII, quando a Academia de História planeou organizar um primeiro inventário das antiguidades do Reino. Para o efeito solicitou que os sacerdotes enviassem memórias descritivas das paróquias. A qualidade desses documentos é muito variável. A de Ansiães é uma das mais extensas e pormenorizadas, entre as muitas que foram remetidas para a Lisboa. Foi redigida pelos padres João Pinto de Moraes e António de Sousa Pinto Magalhães, em 1721. Inclui o que será, provavelmente, um dos primeiros registos em desenho de um abrigo pintado, o Cachão da Rapa. O original está na Biblioteca Nacional.

Ao longo dos tempos subsequentes a arte rupestre sempre suscitou o interesse dos arqueólogos. Um dos locais mais icónicos, o supracitado Cachão da Rapa tem incontáveis referências bibliográficas. Foi dado como destruído, pela construção do Linha de Caminho de Ferro do Douro. E “redescoberto” por Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior. Talvez porque o acesso não é fácil, as pinturas estão bem conservadas (de acordo com António Martinho Baptista, que esteve no local em data recente). Também devido às condições climáticas, pois o vale tem escassa pluviosidade e a barragem é de fio de água (devido à linha de caminho de ferro).

Estudos
Sobre
Arte
Rupestre

In
memoriam
Andrea
Martins



Ao desenho, que terá sido um primeiro método de registo, juntou-se no século seguinte a fotografia. Os primeiros registos fotográficos de gravuras terão sido realizados por Francisco Martins Sarmento.

Enfim, desde o século XIX publicaram-se numerosos textos acerca de locais com arte rupestre, mais ou menos extensos e de relevância variável. Mário Varela Gomes (no âmbito de um colóquio promovido pela Associação dos Arqueólogos sob o tema “Arqueologia 2000: balanço de um século de investigação arqueológico em Portugal”), publicou um repertório sintético desses trabalhos, em extenso artigo (2 000).

O primeiro grande conjunto de arte rupestre, localizado em Portugal, apenas foi descoberto no último quartel do século XX, em 1971. Nas margens do Tejo, num contexto muito particular, pois iria ser submerso por uma barragem em construção.

O salvamento e registo das gravuras do vale do Tejo foi, aliás, o primeiro projecto do género realizado no nosso país (**Figuras 2 e 3**). O primeiro, pois começou alguns meses antes de um outro do mesmo tipo, integrado no Gabinete da Área de Sines.

Deste modo, o ano de 1972 assinala o princípio da chamada arqueologia preventiva em Portugal, ao tempo já praticada noutros países da Europa. Dois projectos muito distintos, com dinâmicas próprias, mas que produziram ambos resultados científicos relevantes. Assim o salvamento da Arte do Tejo merece um interesse duplo, não só científico, mas também para a História da Arqueologia Portuguesa.

Ao tempo a arqueologia portuguesa estava quase estagnada, pelo que os projectos de salvamento abriram novos caminhos. E, o caso do Tejo, é particularmente interessante pela composição da equipa que o realizou: um arqueólogo sénior amador, Eduardo da Cunha Serrão e uma ampla equipa de estudantes universitários da Faculdade de Letras de Lisboa.

Pouco depois do falecimento de Eduardo da Cunha Serrão, ocorrido em Abril de 1991, publiquei na Revista *Forum* (editada pelo Conselho Cultural da Universidade do Minho) um pequeno texto em sua memória, sob o título “Eduardo da Cunha Serrão e os anos 60-70, na Arqueologia do Sul de Portugal”. Neste artigo tentei enquadrar o contexto da operação de salvamento, no âmbito da política patrimonial dessa época. Porém, nesse texto, há um parágrafo que revela uma certa decepção.

“É curioso verificar que a Arte Rupestre do Tejo, esse espectacular universo de símbolos, apesar de ter sido objecto de um levantamento sistemático, núcleo por núcleo, painel por painel, nunca seria divulgada de forma exaustiva. Nem a aproximação childeana preconizada por Cunha Serrão, nem o método estruturalista simbólico, energicamente defendido por Jorge Pinho Monteiro, se concretizaram. A monografia exaustiva da Arte Rupestre do Vale do Tejo continua por publicar. Os estudos parcelares e as sínteses vindas a lume, obedecem a critérios empíricos puramente arqueográficos ou sincréticos” (Lemos 1991)

Suponho que poucos terão lido o artigo e parágrafo, impresso numa revista cuja área de leitura de se limitava ao Minho e não era difundida “online” (actualmente já está disponível).

Mas a verdade (pura coincidência) é que nos anos subsequentes, toda uma série de trabalhos sobre a Arte do Tejo desmentiram o meu cepticismo.

Por condicionalismos diversos a torrente de estudos sobre a Arte do Tejo, na última década do sculo XX e já neste milénio, demonstra que o salvamento, quase *in extremis* das gravuras, não foi em vão. Desenvolveu-se uma dinâmica de investigação assinável num tempo post-salvamento, embora algo retardado. Refiro, como obras maiores, as dissertações de doutoramento de Mário Varela Gomes, de Sara Garcês, e já este ano de 2024 o magnífico volume da autoria de António Martinho Baptista. Com base no Museu do Sagrado e da Arte do Tejo, sediado em Monção, têm sido produzidos inúmeros trabalhos académicos, na esteira da tese de Sara Garcês. Paralelamente, o Grupo de Estudos Arqueológicos do Ródão continua a desenvolver, de modo incansável e em sucessivos trabalhos de campo, bem como publicações, um dos objectivos iniciais, definidos no programa de estudos: o conhecimento do contexto.

E, tal como no caso da Arte do Tejo, também prolifera uma torrente de publicações, todas do maior interesse, sobre pinturas e gravuras rupestres, abrangendo as regiões do país, mas em particular no Norte e na Beira Interior.

A par desse novo e extraordinário ritmo de estudos, a partir do 25 de Abril, ocorreram toda uma série de excepcionais descobertas. Neste processo diversificado, destacam-se: os conjuntos do Vale do Côa e do Alto Douro português; o do Guadiana; o do Sabor; a ampliação da grelha de sítios que se integram na chamada Arte Atlântica do Noroeste; e uma série de belíssimos abrigos com pinturas, como por exemplo na Serra de Passos.

Aliás, não apenas se verificou um crescimento exponencial de trabalhos académicos, mas igualmente de artigos e comunicações a congressos. As numerosas publicações assentam sobre uma base de registos de diversa ordem, que são por assim dizer o substrato original sobre o qual se constroem os textos científicos.

No caso específico da arte rupestre não ocorre o complexo problema dos materiais recolhidos em escavações, problema eventualmente insolúvel, sobre o qual muito se tem discutido. Mas levantamentos, fotografias, desenhos, apontamentos de campo, etc, são a matéria-prima, normalmente conservada em arquivos. Originais que podem ser retomados em futuros trabalhos, mas que também iluminam a dinâmica dos projectos de investigação.

Neste artigo vamos reflectir, embora parcialmente e de modo breve, sobre os arquivos da Arte do Tejo, pois mesmo que a bibliografia acerca da dinâmica do salvamento já seja numerosa, ainda subsistem pistas novas e a possibilidade de ampliar referências.

Estudos
Sobre
Arte
Rupestre

In
memoriam
Andrea
Martins



2. Os Arquivos da Arte Rupestre do Tejo

Arquivo nº 1 – Ministério da Cultura / Palácio da Ajuda

Em 2011 foram comemorados, no Ródão, os 40 anos da descoberta das gravuras. Houve uma evocação singela e foram publicados um conjunto de textos na revista *Açaфа*, editada pela associação supramencionada.

Fui convidado, quer para a cerimónia, quer para assinar um texto a incluir na colectânea. Dispunha de todo o tempo do mundo, pois já estava aposentado e livre das agruras de *Bracara Augusta* e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho. Decidi, pois, deslocar-me ao Palácio da Ajuda, ao IPPAR (suponho que assim se designava ao tempo), e consultar os dossiers existentes acerca da Arte Rupestre do Tejo, a fim de recolher dados para o artigo.

Devo confessar que fiquei abismado com o peso desses dossiers. Cinco espessos volumes de papelada, arquivados por ordem cronológica. A consulta foi, de certo modo, um refrescante mergulho num passado já longínquo.

No conjunto, informação de grande interesse pois o Arquivo reúne todos os documentos oficiais relacionados com o salvamento da Arte Rupestre. No essencial relatórios e correspondência. Este arquivo que passamos a designar como número 1 é, pois, valioso. Há a correspondência interna da Direcção Geral dos Assuntos Culturais, desta com a Conselho Consultivo da Junta Nacional de Educação e com a Fundação Calouste Gulbenkian. Bem como numerosos ofícios e cartas trocadas entre aquele organismo estatal, dirigido por José Manuel Bairrão Oleiro e os responsáveis pelo projecto, de acordo com a autorização concedida em Janeiro de 1972 (ouvida a sacrossanta Junta Nacional de Educação).

Há nessa correspondência aspectos muito interessantes, da mais diversa ordem. Não tem cabimento neste artigo referir todos. Mas justifica-se sublinhar alguns.

O ritmo veloz da troca de ofícios e cartas demonstra o interesse inequívoco de Bairrão Oleiro em apoiar o salvamento, fazendo funcionar a máquina administrativa. E permitindo também que fossem assegurados os meios financeiros. Convém recordar que Bairrão Oleiro tinha um projecto bem definido para a Arqueologia de Portugal, formalizado na introdução que apresentou ao III Congresso Nacional de Arqueologia, celebrado no Porto em 1973. Tal projecto tinha como objectivo renovar a arqueologia portuguesa, regulamentar os trabalhos e introduzir projectos de carácter preventivo (OLEIRO, 1971). As actas do congresso foram publicadas em 1974.

Por outro lado, o arquivo número 1 revela pormenores formais curiosos. Como, por exemplo, toda a correspondência despoletada pela ida, em Outubro de 1972, para Angola, para a Universidade de Sá da Bandeira (actual Huambo) de Vítor Oliveira Jorge (nomeado como assistente) e de Susana Lopes (monitora), recentemente casados. Há cartas de Eduardo da Cunha Serrão, de Vítor Oliveira Jorge, e ofícios de Bairrão Oleiro, tendo mesmo sido ouvida a subsecção da Junta Nacional de Educação. Termina o episódio com

um documento formal em que Eduardo da Cunha Serrão fica autorizado a integrar na equipa novos elementos, se assim o entender por bem, devendo para o efeito informar a Direcção Geral. Com a partida de VOJ e SL para Angola, a equipa chefiada por ECS ficou pois reduzida a Maria Angeles Querol, Jorge Pinho Monteiro e Francisco Sande Lemos. No entanto, ECS assinala em carta que, para além dos dois nomes supracitados, a equipa já tinha agregado outros estudantes da Licenciatura de História da Faculdade de Letras, que não discrimina. Imagino que sublinhava assim a crescente amplitude dos recursos humanos disponíveis no projecto sob a sua orientação e que a saída de VOJ e SL não iria alterar o ritmo dos trabalhos.

Sendo que a maior preocupação era, ao tempo, o atraso na transferência efectiva da verba garantida pela Fundação Gulbenkian, como demonstra a cópia de carta de Jorge Pinho Monteiro e FSL pressionando a FG.

Os relatórios dos trabalhos de campo, muito detalhados, surpreenderam-me, apesar de eu ter participado na sua elaboração, em conjunto com ECS e JPM e demais colaboradores. Limito-me a sublinhar o rigor desses documentos, que deviam servir de exemplo. A verdade é que JPM tinha interrompido os estudos e FSL, tendo concluído o serviço militar, decidiu não procurar qualquer emprego no ano de 1973. ECS, dedicava todo o tempo disponível, logo que fechava a porta do seu gabinete nos CTT, no Saldanha.

Como elemento do Comissão Nacional de Arqueologia, que funcionou nos anos oitenta no IPPC (primeiro na Alameda Afonso Henriques e depois já no Palácio da Ajuda), tive oportunidade de consultar dossiers antigos e dar parecer sobre relatórios enviados a justificar pedidos de autorização e verbas atribuídas por aquela entidade. Recordo por exemplo o espesso dossier relativo às escavações do Castro de Carvalhelhos (Boticas) efectuadas por R. S. Santos Júnior. Conhecia as publicações do arqueólogo, muito pouco informativas e tinha a expectativa de obter mais dados através da leitura dos relatórios. Completa decepção. Os relatórios de dezenas de campanhas limitavam-se, cada um, a meia dúzia de páginas incluindo alusões á estadia nas afamadas termas. Recordo também um relatório, mais recente, que se destacava por uma colecção de excelentes fotografias do material recolhido nas sondagens efectuadas em gruta, precedidas por escassas páginas a justificar sucessivos acidentes que obstavam a inclusão de plantas, planos, perfis, fotografias dos trabalhos. Foi aprovado, condicionalmente... Tanto quanto sei, muitos dos relatórios actualmente enviados à tutela são demasiados sintéticos, contendo o mínimo de informação. Assim os relatórios dos trabalhos realizados no Vale do Tejo são verdadeiros monumentos...

Outro conjunto documental de interesse, que constam do mesmo arquivo, são os justificativos da aplicação dos subsídios atribuídos quer pelo Ministério da Educação, quer pela Fundação Gulbenkian.

Aliás, na fase final do salvamento ECS solicitou repetidamente o reembolso de despesas efectuadas nas últimas campanhas, enviando recibos de estadias, de refeições e mesmo os originais dos bilhetes do comboio, hoje históricos

Estudos
Sobre
Arte
Rupestre

In
memoriam
Andrea
Martins



e que poderiam figurar numa vitrine do Museu Ferroviário do Entroncamento.

Assim também as cartas em que o dono da Pensão Castelo, onde a equipa habitualmente ficava alojada, se queixava de uma dívida por liquidar.

Este arquivo deveria ser inventariado peça a peça. E digitalizado, pois o papel com o passar dos anos degrada-se, como já se observa.

Enfim, justificava-se talvez, uma tese de mestrado, incidindo não só acerca do arquivo propriamente dito, como também sobre o seu contexto histórico e valor científico para a História da Arqueologia.

Arquivo nº 2 – Fundação Calouste Gulbenkian

Este arquivo contém parte da mesma documentação que se encontra no arquivo do Palácio Nacional da Ajuda. Correspondência entre a Direcção Geral dos Assuntos Culturais e a FG, tendo em vista a concessão do subsídio ao salvamento, bem todos os relatórios elaborados pela equipa encarregada do estudo, cópia dos que foram enviados para a tutela. Na medida em que a Fundação foi o principal financiador dos trabalhos a par do Ministério da Educação. Eventualmente poderá ter documentos suplementares, internos. Foi consultado e digitalizado por Sofia Figueiredo, tendo sido utilizado por António Martinho Baptista no seu livro já citado. Segundo SF está em guardado em boas condições.

Arquivo nº 3 – Associação dos Arqueólogos Portugueses

A AAP possui um amplo arquivo com diversos grupos de documentação, conjunto tratado por uma técnica superior especializada, Sónia Tavares. O inventário tem avançado a bom ritmo, dispendo de um programa informático desenhado para o efeito e que permite aceder on line aos inventários dos diversos grupos documentais. Parte dos documentos já foram digitalizadas. Outros podem ser pedidas ao Arquivo que os facilita via electrónica. Ou consultadas directamente. O arquivo, a biblioteca, e a fototeca digital da AAP encontram-se instaladas num espaço amplo que foi adquirido para o efeito, não muito longe da sede da AAP e do Museu do Carmo, mais precisamente, na Travessa da Trindade. Os investigadores dispõem de uma sala onde podem consultar os dossiers.

A minha deslocação a este arquivo, em 2024, teve como objectivo consultar o Legado Eduardo da Cunha Serrão, na parte respeitante ao projecto do Vale do Tejo. Estava a preparar a comunicação para o Seminário de Vila Velha de Rodão, e imaginei que poderia encontrar documentos para mim desconhecidos. Todavia, mesmo antes de ter ido à Travessa da Trindade, tive acesso a alguns documentos que me foram enviados por Andrea Martins.

Designadamente cópia de um documento, de que já não me recordava de todo, da autoria de ECS, designado Reflexões na viagem de comboio entre Fratel e Lisboa, datadas de Novembro de 1971 (**Figura 1**). O texto, conforme a Andrea (que já tinha pesquisado o arquivo), logo me alertou, é uma peça essencial para se entender a dinâmica do projecto de salvamento da arte do Tejo.

Obviamente que o li em 1971, pois foi entregue a todos os membros da equipa, por ECS, mas não o guardei na memória. Nessa carta dirigida aos elementos do GEEP, Eduardo da Cunha Serrão, com grande sentido ético sublinha que não é especialista em arte rupestre e revela algumas hesitações em assumir responsabilidades. Mas a sua consciência da estagnação do estudo da Pré-História em Portugal, foi decisiva para assumir a direcção do salvamento.

A Andrea Martins, em Março de 2024 estava, assim, a recolher as mesmas evidências “forenses” que eu pesquisava. De facto, a Andrea tinha alterado o tema da sua intervenção no Seminário evocativo da arte do Vale do Tejo, previsto para Maio. Primeiramente, conforme está no programa inicial, enviado pela Câmara Municipal de VVR, o título da sua comunicação era o seguinte: “Gravuras no Vale, pinturas na Montanha – a arte esquemática pintada no Centro e Sul de Portugal.” Depois entendeu por bem tratar de um tema, talvez mais relacionado com o carácter evocativo do Seminário e na circunstância de ser realizado nos 50 anos do 25 de Abril: “Eduardo da Cunha Serrão e os jovens do Tejo – apontamentos historiográficos de um processo revolucionário”. O novo título era esclarecedor das pistas que investigava, no âmbito do seu interesse mais vasto acerca da História dos estudos de Arte Rupestre em Portugal. Selou-se assim um pacto duradouro de colaboração.

Destaco uma dúvida sobre a qual a Andrea me questionou e eu pude esclarecer. Pretendia saber o momento em que se forjou uma aliança entre os “jovens” do GEPP e ECS. Em minha opinião terá sido em Junho de 1971, em Sesimbra, quando elementos do GEEP (VOJ, SL, JPM e FSL) ficaram, durante meia dúzia de dias, na casa de campo de ECS, em Sesimbra. O objectivo era realizar prospecções nos terraços quaternários do litoral da península da Arrábida, o que se concretizou. Mas, para lá do trabalho de campo, ao jantar e depois do café houve longas conversas acerca do estado da Arqueologia em Portugal.

Mas faltava ainda um detalhe, para fechar o caso.

Assim quando se reuniu o júri para discutir os prémios relativos à última edição do Prémio ECS, na sede da AAP, na Rua Garret, Vítor Oliveira Jorge foi inquirido pela Andrea e por mim sobre um elo que faltava para completar o puzzle.

Sendo o VOJ o líder do GEPP, a dúvida era acerca do momento do seu primeiro contacto com ECS. Aspecto que foi esclarecido tanto pelo VOJ como pelo José Morais Arnaud. Através de um familiar de ECS, que tendo sabido da actividade de grupo de estudantes liceais interessados em Arqueologia, sugeriu que estabelecessem contacto com ele, o que fizeram. Ou seja antes da formação do GEPP. Tanto eu como a Andrea registámos esse pormenor. Mais tarde, logo que concluí o “Power Point “ para apresentar no Ródão enviei uma cópia à Andrea, que o “aprovou”.

Regressando ao Arquivo da AAP e ao legado Eduardo da Cunha Serrão. O conjunto é vasto e diversificado pois não se limita à Arte do Tejo mas também abrange registos de escavações que efectuou. Inclui, além de documen-

Estudos
Sobre
Arte
Rupestre

In
memoriam
Andrea
Martins



tos escritos, desenhos, fotografias e diapositivos. Sendo assim é um manancial assaz relevante para a investigação quer específica acerca dos sítios em que ECS realizou as escavações, quer sobre o seu contributo para a renovação da metodologia arqueológica em Portugal. No que concerne o Projecto do Vale do Tejo, o material que pesquisámos, embora de uma forma breve, é muito relevante pois inclui muitos dados essenciais para se conhecer a dinâmica do salvamento.

Tivemos assim oportunidade de recordar um tempo que vivemos (numa perspectiva diferente do arquivo oficial do IPPC/IPPAR) e os momentos de trabalho conjunto com ECS, por vezes de convergência, mas também de discordância, embora sempre com um final produtivo.

Mas ignorava de todo era a personalidade meticulosa de ECS. Na verdade, fechadas as prolongadas discussões sobre as estratégias e táticas, ECS ainda dispunha de tempo e paciência para registar notas pessoais muito elucidativas acerca do modo como a equipa funcionava.

Assim, para além do documento a que já fizemos referência nos parágrafos acima, encontrámos outras peças do maior interesse, mesmo quando truncadas ou avulsas. Do que consultámos apenas uma percentagem muito reduzida, pouco mais de 1%, foi aproveitada para a comunicação que apresentámos em Vila Velha de Rodão em Maio de 2024. A quantidade de material é vasta e muito importante para a História da Arqueologia. Mencionamos por exemplo uma carta de agradecimento a Victor Gonçalves, na sequência da oferta de um livro. Nessa carta ECS recorda a deslocação a Londres em 1952, o que apreendeu numa semana de estadia naquela cidade e a imediata percepção que teve sobre o universo obsoleto vigente na arqueologia portuguesa da época. Sublinha, também, que procurou iluminar os espíritos dos seus colegas, em diversas instâncias. Mas sem resultado, como se deduz da missiva.

O modo como ECS lembra a sua tentativa gorada de modernizar um mundo esclerosado é assaz interessante. Um registo notável para a História da Arqueologia do século XX. E que não é citado em artigos acerca do tema, que nos dispensamos de referir.

Deparámos com materiais que imaginávamos perdidos, como o Programa do Curso de Arte Pré-Histórica organizado por Manuela Martins e António Martinho Baptista e que foi ministrado aos alunos, que se inscreveram para tal, no primeiro semestre do ano lectivo de 1974/75 (**Figura 4**). Num momento em que os professores do antigamente tinham desaparecido e estavam a ser recrutados novos. Suponho que terá sido oferecida uma cópia a ECS pelos dois arqueólogos supracitados e que ele a arquivou.

Ou, por exemplo, uma longa carta manuscrita redigida por Maria Angeles Querol, quando principiou a dar aulas na Universidade de Madrid (1973), relatando a experiência e que ECS achou por bem guardar.

Para mim, repito, foi uma surpresa total o espírito arquivista de ECS. Enfim, na Travessa da Trindade, há uma vasta quantidade de material já inventariado e que deveria ser aproveitado como dissertação de mestrado.

Arquivo nº 4: Legado Jorge Pinho Monteiro

No Museu Nacional de Arqueologia conserva-se um conjunto de cinco caixas com documentos entregues pela família de Jorge Pinho Monteiro naquela instituição. Não se encontram inventariados. Tive oportunidade de os consultar. Admito que JPM tivesse mais documentação do que a que foi depositada no MNA. De qualquer modo é um acervo de manifesto interesse como se pode verificar pelo resumo adiante.

Na Caixa 1: caderno de campo das campanhas de Maio, Junho e Agosto; relatórios das campanhas efectuadas entre Maio e Agosto de 1972 e dos trabalhos realizados de Dezembro a Abril de 1973; capa com apontamentos avulsos e desenhos da autoria de JPM; outra capa com uma série de esquemas de rochas gravadas; pequeno caderno de campo negro, datado de Agosto de 1981; Projecto CART/CEPP (abril de 1973).

Caixa 2: dossier volumoso de cópia de correspondência do GEPP com entidades estrangeiras (o mais antigo data de 1970, ano em que tanto JPM como Vítor Serrão, António Martinho Baptista, e FSL, entraram na Licenciatura de História da Faculdade de Letras de Lisboa); cópia do Programa dos trabalhos de campo da arte rupestre do Tejo, designadamente as fases I, II e III do registo das insculpturas.

Caixa 3: diário de campo da equipa de fotografia (aberto em Fratel em 22 de Dezembro de 1972 e fechado no mesmo local em 26 de Fevereiro de 1974?); negativos de 35 mm de rochas com gravuras; e, ainda, chapas metálicas para fotografia (em bom estado) bem como uma caixa de papel de impressão de fotos, por abrir.

Caixa 4: série de cadernos de campo de JPM (faltam os números 4 e 9), sendo que o 1 principia em 7 de Julho de 1971 em Sines (prospecções de formações quaternárias do litoral); e ainda seis chapas metálicas para fotografia.

Caixa 5: envelope (parcialmente rasgado) com dezenas de provas fotográficas de rochas insculpidas, a preto e branco e a cores, bem como uma série de contactos de fotos de 35 mm e ainda sete negativos a cores de 35 mm e do Fratel, referidas a Novembro de 1972; original dactilografado do relatório final da equipa de prospecção, datado de Junho de 1973; programa e relatórios da campanha de Abril de 1973; pasta com documentos, sob o título de “material a arquivar”; relatório das primeiras prospecções arqueológicas do GEPP no concelho de Vila Velha de Ródão.

Este acervo foi utilizado por Mário Varela Gomes na sua dissertação de doutoramento como pude confirmar devido a um lapso sem relevância, mas curioso. Num dos cadernos de campo JPM refere uma deslocação em barco, contra a corrente do rio, a jusante da Lomba da Barca. E explicita que enquanto ele orientava o barco com os remos, o “Francisco”, ao longo da margem puxava com uma corda. Um sistema tradicional, o de sirga, de que aliás se conserva um interessante vídeo dos anos 50 ou 60 (na posse da CMVVR). O barco era do Sr. Carepa e foi ele por certo que nos prescreveu a método, quando era necessário vencer a força da corrente. Ora Mário Varela escreve

Estudos
Sobre
Arte
Rupestre

In
memoriam
Andrea
Martins



que o Francisco seria o Francisco Henriques. De facto, quem puxava a embarcação era ... o Francisco Sande Lemos... Não foi uma aventura fácil, mas conseguimos alcançar porto seguro, sem danos no bote.

Futuros Arquivos

Para além destes arquivos deduz-se, quer da dissertação de doutoramento de Mário Varela Gomes quer da Memórias Arqueológicas do Vale do Tejo, recentemente publicada, por António Martinho Baptista que ambos possuem importantes colecções tanto de documentos como de registos fotográficos. O que é absolutamente normal, tendo em conta que foram os investigadores que mais dedicaram ao estudo do complexo de arte rupestre do Tejo.

Imagino que ambos já sabem o destino desses arquivos.

Aliás, do livro publicado recentemente por AMB, é fácil deduzir a relevância do arquivo em sua posse, pois o conteúdo do volume está em consonância com o título. São memórias, mas fundamentadas em excertos quer do seu caderno de campo, quer de outros documentos em sua posse e que concernem o período de investigação subsequente ao encerramento das comportas da barragem, quando se constituíram duas equipas distintas (ECS/AMB e MM) (JPM e MVG).

Fiquei, pois, agradavelmente surpreendido quando AMB me enviou o livro ainda em formato pdf, a fim de escrever o prefácio, convite que muito me honrou. Surpreendido porque deparei com fotografias em que eu figuro e cuja existência desconhecia de todo. Designadamente a aprender a conduzir um barco, sob o olhar atento do proprietário, pescador e habitante de Fratel. AMB divulga também pormenores acerca do trabalho de campo, que por vezes ensombram a minha reputação de investigador organizado (se é que alguém supõe isso...). Bem como documentos da autoria de ECS também pouco “abonatórios” para a minha imagem, classificando-me como anarquista (?).

Mas há outros registos cujo destino será importante acompanhar, embora mais pontuais. Como por exemplo os diários de Vítor Serrão, que teve uma participação activa nas campanhas e que tem por hábito escrevinhar um caderninho de bolso, onde anota toda uma série de eventos, mais ou menos importantes. Por exemplo, aquando do doutoramento de Mário Varela Gomes, cujo júri integrou, esteve sempre a tomar notas no caderninho, havendo, pois, um registo descritivo das provas, mais pormenorizado e vivo do que a acta formal.

Admito que existam outros arquivos pessoais. Mas julgo ter apontado os arquivos de maior interesse, de consulta obrigatória para uma história detalhada do que foi o primeiro salvamento arqueológico efectuado em Portugal.

3. O acesso aos arquivos da Arte do Tejo

Nos parágrafos precedentes julgamos ter demonstrado a riqueza dos arquivos da Arte Rupestre do Tejo.

De seguido avaliamos a possibilidade de uma estratégia para lhes garantir a visibilidade que o seu valor justifica.

Em primeiro lugar o problema imediato. O do acesso. Neste ponto a situação é variável.

Como exemplo apontamos a dificuldades que enfrentámos no acesso ao Arquivo 1, o do Palácio da Ajuda. Na primeira consulta que efectuámos em 2011, foi necessário agendar previamente a data e folhear directamente os dossiers. Tomei nota das informações que me interessavam para a elaboração do artigo a publicar na revista Açafa e solicitei a digitalização de um documento cuja divulgação me pareceu relevante: o relatório da visita de estudo a Paris na Primavera de 1972. Neste ponto levantaram-se dificuldades várias. Encontrar uma sala onde proceder à digitalização... E, também, uma exigência indispensável: a autorização dos responsáveis dos trabalhos arqueológicos.

Talvez uma norma razoável para dossiers de trabalhos arqueológicos recentes, por exemplo, dos últimos dez anos. Absurda para estudos mais antigos. No caso do Tejo tinham já passado 40 anos, na data em que solicitei a autorização. Não me pediram as certidões de óbito de dois dos elementos entretanto falecidos... Mas teria de escrever para Madrid, para a Maria Querol, e obter também cartas de Vítor Oliveira Jorge e Susana Lopes. Desisti, e foi um erro. Deveria ter fotografado, discretamente, o relatório com o “phone”, como a Andrea Martins me sugeriu, depois.

Posteriormente em 2023, no âmbito do III Congresso de Arqueologia da AAP, sugeri à Andrea Martins, a apresentação de um artigo conjunto, com a transcrição do Relatório da viagem a Paris e comentários subsequentes sobre a relevância da mesma, no avanço dos estudos em arte rupestre e em Paleolítico. Foi mesmo preparado um resumo. E acertei com a Andrea uma deslocação ao Palácio da Ajuda. A responsável do arquivo foi buscar os 5 dossiers a uma nova sala com estantes metálicas de correr, instaladas numa nova sala do Palácio, disponível após a reorganização dos espaços decorrentes da recente obra de ampliação do Palácio da Ajuda.

Folheámos cuidadosamente as pastas. Diversas vezes. O facto é que o documento sumiu, para empregar um termo popular. Inquirimos sobre a questão, mas não fomos elucidados. Não há uma lista da documentação de cada dossier nem aparentemente um registo das consultas. Alguém terá subtraído o relatório ou eu fui vítima de uma alucinação..., em 2011. Todavia era normal que o relatório em causa tivesse sido depositado nos arquivos, tal como os restantes documentos, pois a viagem foi financiada pelo Ministério da Educação.

De acordo com AMB não está no Arquivo 2, o da Fundação Gulbenkian, o que é lógico, pois não havia motivo para ter sido enviado para aquela entidade.

Em 2011 ao consultar o Legado Jorge Pinho Monteiro verifiquei que havia uma cópia do relatório. Pelo que escrevi um e-mail ao Director do Museu Nacional de Arqueologia em 2024, gorada que foi a deslocação á Ajuda. De imediato recebi uma resposta simpática, mas tudo ficou pela troca de duas mensagens. O pedido não teve sequência. Não insisti.

Estudos
Sobre
Arte
Rupestre

In
memoriam
Andrea
Martins



Primeira constatação: um dos principais arquivos é de acesso difícil e nem sequer há uma lista dos documentos. Assim como também não há do acervo existente no MNA.

Urge, pois, organizar um projecto de inventário das peças que constam dos arquivos referidos. Este será o primeiro passo. O seguinte é a digitalização dos completa dos documentos, ainda que se possam evitar duplicações.

Considero pouco provável que o Instituto Património IP queira avançar este projecto. No quadro actual julgo que apenas há uma entidade que pode avançar com essa iniciativa: a Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Uma grande vantagem é que dispõe de uma arquivista com experiência e que já trabalhou no tratamento do Legado de Eduardo da Cunha Serrão. Poderia supervisionar o processo de inventário e de digitalização que seria realizado de acordo com o modelo do Arquivo da AAP.

Fica registada neste artigo a proposta.

4. Para uma base de dados dos arquivos da Arte Rupestre de Portugal

Os comentários acerca de e as questões levantadas para os arquivos do projecto de salvamento do Arte do Tejo são extensíveis à generalidade dos estudos e trabalhos neste domínio do saber. Uma análise detalhada de cada situação não tem cabimento neste artigo e nem sequer dispomos de elementos para tal.

Todavia vamos referir alguns casos que revelam como seria interessante pensar numa base de dados a nível nacional.

O Museu Regional de Arqueologia de D. Diogo de Sousa é uma das instituições onde se conservam registos do Norte de Portugal, designadamente colecções de fotografias. Foram depositados no Museu os negativos de diversos inventários arqueológicos, em particular do Minho. O tratamento informático da Fototeca do MDDS está muito avançado ou mesmo completo, pelo que é possível indicar os locais com arte rupestre de que há registos fotográficos (dezenas de negativos a preto e branco e diapositivos). A saber: Pala Pinta (Carlão, Alijó); Mazouco (Freixo Espada-à-Cinta); Areia (Britelo, Ponte Barca); Gravuras rupestres (Cabeceiras Basto); (Vale Fontão, Cabeceiras Basto; Barroceira (Carrazeda Ansiães); Botelhinho (Pegarinhos, Alijó); Chã Cabanos (Britelo, Ponte Barca); Gravuras rupestres Fonte Seixa (Parambos, Carrazeda Ansiães); Fraga do Corvo (Avidagos, Mirandela); Fraga Lapa (Atenor, Miranda Douro); Gião (Arcos Valdevez); Lamelas (Ribeira Pena); Luzim (Penafiel); Montedor (Carreço, V. Castelo); Penedo Sete Caras (Lindoso, Ponte Barca); Poço Moura (Lodões, Vila Flor); Castro Cossourado (Paredes Coura); Castro do Crastoeiro (Mondim Basto); Castro Lesanho (Covas Barroso, Boticas); Tripe (Mairos, Chaves); pinturas da Anta de Zedes (Carrazeda Ansiães); Pinturas rupestre Orca Picoto Vasco (VN Paiva); Pinturas rupestres Cachão Rapa (Carrazeda Ansiães); Pinturas rupestres Dólmen Antelas (Pinheiro, Oliveira Frades) Esteios 1 a 8; Pinturas rupestres Fraga Letra (Penas Roias, Mogadouro).

A totalidade das imagens data das décadas de 80 e 90 do século passado, antes da era da fotografia digital. O seu interesse decorre da possibilidade de serem utilizadas para estudar eventuais processos de erosão do suporte de pinturas e gravuras, ou mesmos destas.

Assim, no caso de ser criada uma base de dados nacional, a contribuição daquela entidade não suscita grandes dificuldades.

Outra entidade que poderia integrar o projecto seria a Sociedade Martins Sarmento. Francisco Martins Sarmento, como já sublinhámos, foi um dos pioneiros na Europa no recurso ao registo fotográfico aplicado à Arqueologia. Ao contrário do que habitualmente se supõe FMS não concentrou a sua actividade no estudo da Citânia de Briteiros. O seu propósito declarado era a elaboração de uma Carta Arqueológica do Entre Douro e Minho. As esplêndidas máquinas fotográficas que utilizou não se adequavam ao transporte. Mesmo assim fotografou alguns conjuntos com gravuras. A colecção de vidros que integram o seu legado foi digitalizada e encontra-se disponível para reprodução. Para além disso, procedeu ao desenho esquemático de gravuras, designadamente do Penedo dos Sinais na encosta de Briteiros. Posteriormente já na primeira década da actual centúria, a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho organizou seminários da Licenciatura de Arqueologia, com a duração do ano lectivo. Um desses seminários incidiu sobre a arte rupestre do Monte de São Romão, que se admite poderá ter sido um santuário de arte rupestre, antes da ocupação do monte como *habitat* permanente a partir do Bronze Final. A equipa de alunos (formada por Joana Valdez, Lucínia Oliveira, e Gonçalo Cruz) realizou frutíferas prospecções das gravuras existentes no monte, mais abundantes na vertente sudeste. Ainda no âmbito desse seminário, em conjunto com o Centro Nacional de Arte Rupestre, procedeu-se ao desenho com luz nocturna da Penedo dos Sinais (trabalhado orientado por António Martinho Baptista, com a colaboração de André Santos, Fernando Barbosa, Joana Valdez, Lucínia Oliveira, e Gonçalo Cruz). Em anos seguintes efectuaram-se novas prospecções tendo sido descobertas mais rochas tão interessantes como a acima referida. As da Quinta do Paço e outras de menor relevância. A circunstância de se terem assinalado gravuras no interior da Citânia de Briteiros quer em afloramentos quer em blocos desmontados, sustenta a citada hipótese do Monte de São Romão ter sido um santuário rupestre. Os registos fotográficos foram efectuados com máquinas digitais e estão depositados nos arquivos da Sociedade Martins Sarmento. Constituem, pois, unidades facilmente integráveis na Base de Dados da Arte Rupestre de Portugal. Foram aproveitados na dissertação de Doutoramento da Daniela Cardoso (2015). Por sua vez esta investigadora enviou para a SMS, cópias digitais dos desenhos que efectuou.

Ainda no quadro do Norte de Portugal uma instituição que dispõe de um vasto acervo de materiais é, obviamente, o Museu do Côa, onde também se encontra toda a documentação relacionada com o Centro Nacional de Arte Rupestre. Este último em má hora extinto durante a governação de José Sócrates, sendo Secretário de Estado da Cultura, Elísio Sumavielle, sem argu-

Estudos
Sobre
Arte
Rupestre

In
memoriam
Andrea
Martins



mentos convincentes. O Museu do Côa luta com grandes dificuldades, agravadas pela desproporção entre os recursos humanos e financeiros e a riqueza do acervo á sua guarda. Seria, pois, necessário reforçar o Museu e organizar um projecto específico de modo que sua colaboração fosse plena.

Mencionamos apenas estas instituições, mas vários outros arquivos encontram-se em instituições universitárias, como as do Porto e do Minho.

Este breve e muito incompleto percurso no território norte de Portugal é suficiente para demonstrar como existe um vasto oceano de registos e arquivos no âmbito da Arte Rupestre, no norte e, como se sabe, noutras regiões do país.

Será uma utopia sugerir uma colaboração em rede entre diversas entidades públicas, de interesse público e os arqueólogos, no sentido de se organizar uma base de dados? Tal permitiria dar um salto na investigação se fosse possível conciliar boas vontades com o mínimo de apoio financeiro. As publicações, sejam trabalhos académicos ou “papers” em revistas ou congressos, encontram-se de um modo acessíveis “online,” seja através dos Centros de Documentação das Universidades, seja através de “browsers” científicos como a “Academia.edu” ou o “Research Gate”. Mas os registos em que fundamentam colocam problemas vários de acessibilidade. Por muito exaustivas que sejam as publicações, raramente incluem todos os registos utilizados, bem como outra documentação.

5. Considerações Finais

Talvez este artigo tenha sido redigido num tom demasiado pessoal. Tal circunstância decorre de ter revivido, quer pela consulta de arquivos do projecto do Salvamento da Arte Rupestre quer pela recente participação no colóquio de Vila Velha de Rodão, um tempo já longínquo, com mais de meio-século. O regresso ao passado é sempre um processo de nostalgia. Mas facilita também um olhar diferente para a futuro, num tempo novo em que as “networks” alimentam a possibilidade de saltos qualitativos na investigação, em que a quantidade de dados acessíveis, abre novos rumos, incluindo o uso de filtros inteligentes automatizados. Ou seja o que se designa pomposamente por Inteligência Artificial. Embora a verdade é que a dita cuja IA não opera no vazio. Baseia-se em Redes Neurais e no “Data Mining”. Por sua vez o recurso ao “Data Mining” implica sempre uma vasta base de dados.

Em 1972, sugeríamos que os computadores fossem utilizados para a análise das complexos de gravuras da Arte do Tejo. Entre 1972 e 2024 foram notáveis os avanços das ciências de informação. Talvez seja possível retomar a ideia de 1972, neste tempo em a aplicação da IA se generaliza. Ou talvez o pensamento das comunidades que gravaram nas rochas os conjuntos de gravuras, ou as pinturas em abrigos, esteja perdido para sempre.

Lisboa, Outubro de 2024.

Referências bibliográficas

- BAPTISTA, António Martinho (2024) – *Memórias Arqueológicas do Vale do Tejo*, 354 p. ed. Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão.
- CARDOSO, Daniela Dolores Faria (2015) – *A Arte Atlântica do Monte de S. Romão (Guimarães) no Contexto da Arte Post-Paleolítica da Bacia do Ave – Noroeste Português*, Dissertação de Doutoramento, 331 p. UTAD, Vila Real.
- GARCÊS, Sara (2019) – *Cervídeos: símbolos e sociedade nos primórdios da agricultura no Vale do Tejo – Monografias AAP 10*. Lisboa, Portugal: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- GOMES, Mário Varela (2000) – *Arte Rupestre em Portugal – Perspectiva sobre o último século, Arqueologia 2000. Balanço de um século de investigação arqueológica em Portugal*, pp. 139-193, AAP, Lisboa.
- (2010) – *Arte Rupestre do Vale do Tejo. Um ciclo artístico-cultural. Pré e Proto-Histórico*. Dissertação de Doutoramento em História, especialidade Arqueologia, 3 volumes, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova, Lisboa.
- LEMOS, Francisco Sande Lemos (1991) – *Eduardo da Cunha Serrão e os anos 60-70, na Arqueologia do sul Portugal*, FORUM, pp. 135-147, Braga.
- MARTINS, Andrea Cristina Rodrigues (2014) – “A pintura rupestre do centro de Portugal: antropização simbólica da paisagem pelas primeiras sociedades agro-pastoris”. Doutoramento, Universidade do Algarve – Campus de Gambelas.
- (2017) – *E depois do Côa? A investigação de arte rupestre em Portugal desde 1995. Parte 1: a Sul do Tejo*”, Arnaud, José e Martins, Andrea (Coord.) – *em Portugal 2017 – Estado da Questão – Textos*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 969-990.
- (2024) – *Seminário CIART – Vale do Tejo e a Arte rupestre, 50 anos depois*, Boletim Digital da Uniarq. Junho.
- OLEIRO, J. M. Bairrão (1974) – *Palavras de Abertura. Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia. I Volume*, Porto, pp. 17-24.
- SERRÃO, E. C.; BAPTISTA, A. M & MARTINS, M. (1978) – *Felskunt im Tejo-Val: São Simão (Nisa – Portalegre – Portugal)*, Madrider Mitteilungen, 19, Heidelberg.
- VALDEZ, J. e OLIVEIRA, L. (2005/2006) – *A Arte Rupestre da Citânia de Briteiros. O Penedo dos Sinais, um caso Atlântico*. Revista de Guimarães 115/116: 51-89.

Estudos
Sobre
Arte
Rupestre

In
memoriam
Andrea
Martins



P = 0.000170

Meditações no comboio entre Fratel e Lisboa (cerca de 5 horas) sobre as gravuras litográficas de Fratel.

Espécie de PAROCHER

—É por escrito porque a natural (e simpática) confiança que há entre os 6, já impede uma linha seguida de conversa.—

19. - Várias vezes vos declarei que nunca tinha tratado directamente de um caso deste género. Foi, portanto, franco desde o início, pelo que não podia esperar milagres de azabedoria, milagres aliás nem ao alcance do Prof. Santos Júnior, este, como várias vezes vos disse, o melhor (o único) português para o problema. Sobre arte rupestre eu apenas conhecia aquilo que era indispensável à cultura geral de quem trabalha em Arqueologia e alguma bibliografia (se necessário) em ociosa ne condumiria a mais e mais bibliografia.

20. - A minha utilidade para o caso estará (já que me quiseram incorporar) numa contribuição de trabalho no campo, e de estudo no que porai todo o meu insanável esforço (compatível com a minha vida atribulada e idosa de algo diferente da vossa), além da axioma que o problema servos.

30. - Ponderando serenamente o caso em todos os seus aspectos (quase 5 horas de comboio, depois do primeiro contacto com a estação), concluo desta maneira:

a) - a estação é das mais importantes (qualidade e quantidade) de entre as congéneres (portuguesas) de que tenho conhecimento (apenas por bibliografia e pouco, note-se); para mim será talvez um dos mais atraentes problemas arqueológicos que tenho enfrentado;

b) - a estação cabe plenamente no complexo (muito conplexo) horizonte da arte rupestre portuguesa (mesmo peninsular, até europa e norte-africana) que tem dado uma bela barba aos melhores. O meu scepticismo inicial foi uma espécie de defeito de choque perante isto, o que em mim é habitual; uma espécie de íntima crítica pensadista que se opõe ao que pelos olhos quer entrar com facilidade;

- 2 -

c) - será inenarrável o que julgar fácil atingir o significado e a cronologia dos diversos conjuntos; portugueses e estrangeiros referem tão frequentemente a eficácia de recursos de que se dispõe para tal efeito, que me abateu de indagar neste aspecto; apenas recorde quanto as partinas são ineficazes, pois mais resultam da exposição (ou preservação) dos elementos do que do tempo decorrido; e o Tejo não teria corrido mais sobre uns conjuntos do que sobre os outros?

d) - os conjuntos detectados não devem corresponder a uma época; se não fosse o problema criado pelo efeito degradante das águas do Tejo, admitiria que alguns fossem pré-megalíticos - agora, como em c), levanta-se a necessidade de se consultar um geólogo sobre o assunto "vários níveis do Tejo", talvez o Byssowski ou alguns dos Serviços Geológicos conheço vários;

e) - estou (estamo, aliás) convencido de que muitos dos conjuntos são antícticos trechos ideográficos, talvez com um sentido mágico-religioso apte a considerar o rio o motivo central (mas, como um dos meus amigos observou, não há alusão a motivos aquáticos !!). Quanto a traduzi-las acho quase impossível, convindo recordar o mistério que ainda envolve as inscrições ibéricas e congêneres.

f) - no meu desalento depois da descoberta do agrapa (se 6), não significou julgar que todos os sinais são recentes, mas sim tomá-lo como advertência do convite, à prática de gravar na rocha que os primeiros deixaram, a todas as gerações que se lhes seguiram; concordo que o facto perturba a maior simplicidade que queríamos;

g) - como ponto de partida sobre a arte rupestre portuguesa, é fundamental a "Arte rupestre" de Santos Junior (conhecem? Também encontrei uma síntese na Luza Brasileira que é um bom panorama de base, até pela bibliografia citada; deve ser do Prof. Mendes Corrêa; junto cópia). Também tive conhecimento (ao folhear bibliografias) de casos europeus paralelos de grande interesse; por exemplo, nas rochas xistosas do Monte Bego (40 000 exemplares!) com figuras humanas, compostas, símbolos solares e outros (tudo gravuras litográficas); em Corno, Val Camonica (Itália),

- 3 -

etc. Em todos os casos, sempre a grande dificuldade do problema cronológico, a não ser quando as representações evocam animais desaparecidos hoje, artefactos típicos, indumentária, ou costumes já datados.

49. - Seguro o seguinte programa para o futuro (quem discordar diga), declarando que só trabalharei dentro de planos previamente estabelecidos de comum acordo:

a) - Relatório para a Junta Nacional da Educação (o caso já começa a ser conhecido e, de um momento 2 tribunais da Arqueologia dão lá um salto, vêm 2 sinais e toman o caso para si.

b) - Posteriormente, comunicação na Associação dos Arqueólogos Portugueses, promovida por mais do que um (o que é original) e conseqüente expansão nos jornais.

c) - Discordo de uma difusão espectacular em revistas para o grande público, pois pode levar curiosos a perturbar a estação e até graciosos a gravar novos sinais.

d) - Todo o trabalho futuro (estamo longe de um plano integral) deve orientar-se no sentido de registo e estudo completo de cada conjunto e sua localização topográfica. Esta fase corresponde à exploração de outras estações, seguindo-se todos os restantes trabalhos teóricos (geológicos, tipológicos, abordagem das questões de ordenação funcional, corológica e cronológica, etc).

e) - Mas, desde já, pode-se ir adiantando muito em consultas bibliográficas, estabelecimento de paralelos, elaboração de planos, distribuição de tarefas, etc..

Tenho dito. Digan agora os meus Amigos.

Eduardo da Cunha Serrão
1972

Figura 1 - Carta de Eduardo da Cunha Serrão, intitulada Meditação no comboio e dirigida aos restantes elementos da equipa que descobriu em 1971 as gravuras do Fratel (Arquivo da AAP).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR E DAS BELAS-ARTES

Edo Jorge

Exm^o. Senhor Dr. Eduardo da Cunha Serrão

JNIO/1(59)

Em referência ao estudo preliminar de um conjunto de gravuras rupestres, situado nas margens do Tejo, próximo de Fratel (Vila Velha de Ródão), comunico que, por despacho de Sua Excelência o Subsecretário de Estado da Administração Escolar, proferido sobre parecer da Junta Nacional da Educação, foi autorizado o estudo e iniciar logo que lhes seja possível solicitado por V. Ex^a. e pelos outros requerentes.

Após a campanha deve ser apresentado um relatório circunstanciado sobre os trabalhos efectuados, resultados obtidos e materiais recolhidos.

Esse relatório deverá ser acompanhado da documentação necessária à sua correcta apreciação (fotografias, plantas, cortes, etc.) e a primeira publicação dos resultados deverá ser feita em Portugal e nunca de antes ser apreciada pelo Ministério da Educação Nacional.

Apresento a V. Ex^a. os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação

Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, em 13 de Janeiro de 1972.

PD

O DIRECTOR-GERAL,

Victor Pires dos Santos

MFS/MJ
[Signature]

Figura 2 – Ofício dirigido a Eduardo da Cunha Serrão informando que a equipa foi autorizada a estudar o conjunto de gravuras do Fratel (Arquivo da AAP).

Estudos
Sobre
Arte
Rupestre

In
memoriam
Andrea
Martins



Acta da reunião da Secção de Pré-história de 21 de Janeiro, 1972

As vinte e um dias do mês de Janeiro de mil novecentos setenta e dois, reunião, na sede da Associação dos Arqueólogos Portugueses, no Convento do Carmo em Lisboa, a Secção de Pré-história da mesma Associação sob a presidência de Sr. Dr. Manuel Faria da Silva, secretário do Sr. Dr. Maria Lúcia Bento.

A reunião, que teve início pelas vinte e uma horas e trinta minutos, assistiram ainda o seguintes sócios: Dr. Manuel Leitão, Sr. Tom North, Drs. Manuel Ribeiro, Manuel Moira, Victor Gualves Oliveira Jorge e ainda vários membros do Centro de Estudos Arqueológicos da Faculdade de Letras de Lisboa. Mentão a reunião e antes da ordem da noite o Sr. Presidente referiu-se à descoberta da estação de arte rupestre, ao ar livre, em Fratel, parafuso de Vila Velha de Rodão, que visitou recentemente e onde encontrou um espectacular conjunto de gravuras pré-históricas, que se estão identificando, pelo estilo e técnica de execução, vários períodos entre o Neolítico e a Idade do Metal, ainda que, inesperadamente, surjam, paredes meias, com inscrições de datas recentes, antropomórficas, como "João", e corações aliaressados por pilas. Felicitou o Dr. Victor Oliveira Jorge, pela acção desenvolvida que levou à descoberta da estação.

Felicitou ainda o Dr. Victor Gualves pelos seus trabalhos e o grupo de trabalhos de Beaulieu apresentou um grande número, sobre reuniões, tendo apresentado três propostas para avanços, do mesmo grupo, as quais foram aprovadas. Foram ainda aprovadas, assim as seguintes propostas para avanços, referidas a Sr. Tom North, Dr. Pedro da Costa.

Seguidamente, no âmbito dos assuntos, o Dr. Victor Oliveira Jorge, comentou dois trabalhos recentes de membros do Centro de Análise Documental para a Arqueologia (Marselha). Um de Maria Berillo sobre "Processos formais e uso dos computadores em Arqueologia", que cons-

Figura 3 - Reprodução parcial da acta da reunião da Secção de Pré-História de 21 de Janeiro de 1972 (Arquivo da AAP).

1

CURSO LIVRE EM ARTE RUPESTRE PRE-HISTORICA

FACULDADE DE LETRAS DE LISBOA

2ª sessão

Dia 7 de Novembro de 1974

TEMA: A ARTE PARIETAL PALEOLITICA

ESQUEMA

I - Etapas da evolução humana e emergência das manifestações estéticas.

II - Aparecimento da Arte figurativa.

1. Características.
2. Técnicas.
3. Distribuição espacial.
4. Cronologia.

III - Descoberta e aceitação da Arte Paleolítica.

IV - Interpretações propostas.

GRUPO DE ESTUDOS PALEO-ANTROPOLÓGICOS

(M.M. e A.M.B.)

Manuela Martins

António Roberto Baptista

Figura 4 - Curso Livre em Arte Rupestre Pré-Histórica (Arquivo da AAP).

Estudos
Sobre
Arte
Rupestre

In
memoriam
Andrea
Martins



Para mim, as pinturas ou gravuras existentes em rochas ao ar livre, abrigos ou grutas são unicamente um artefacto arqueológico e, como tal, deverão ser tratadas como todos os outros. Necessariamente terão de estar integradas no seu contexto arqueológico, que neste caso não é uma sucessão estratigráfica de sedimentos, mas antes diversos parâmetros analíticos a diversas escalas, iniciando-se sequencialmente do pormenor para o geral através da análise do motivo, seguindo-se o painel, o abrigo, o contexto arqueológico, o território e a paisagem pré-histórica. Claro que são um artefacto distinto, com uma carga ideológica inerente muito explícita, pois representam grafismos elaborados directamente pelo homem ou mulher pré-históricos, factor presente em todos os artefactos arqueológicos, mas que neste caso provoca uma emoção e uma sensação de contacto mais próximo e íntimo com o Passado.

Andrea Martins, 2014

